

DAS FAMÍLIAS DO PODER AO PODER DAS FAMÍLIAS: DA CASA-GRANDE À POLÍTICA DE PARENTELA

Márcio Macêdo Moreira*

Atualmente temos no Estado da Paraíba imbricados em nossa política uma estrutura personalista e familiar. Os partidos políticos não obtém voz, em seu lugar estão os “políticos” que pertencem quase sempre a uma família tradicional, que detém seu capital simbólico derivado de um campo social. Como exemplos temos: os Maia de Catolé do Rocha, os Gadelha de Sousa, os Lacerda de São José de Piranhas, os Targino de Araruna, os Cunha Lima/ Rêgo de Campina Grande e os Bezerra/Lucena de Bananeiras. Todos com atuação política em diversos territórios da Paraíba.

Aos fazermos esta análise concluímos que há um forte teor político de perpetuação do poder através de bases familiares na Paraíba. Uma pesquisa realizada pelo *Congresso em Foco*,¹ entre os dias cinco e doze de abril de 2011, sobre as representações familiares, demonstrou como resultado, a Paraíba com o maior berço político familiar do Brasil. Dos 15 representantes do Estado, apenas um não possui parentes na Política. A Tabela a seguir tem como objeto comparar a concentração da política de parentela entre os diversos estados brasileiros.

Tabela I

Bancada de Parentes na Câmara dos Deputados (2011)

Estado	Bancada	Número de Parentes	Parentes/Bancadas
Paraíba	12	11	92%
Rio Grande do Norte	9	8	89%
Alagoas	9	7	78%
Acre	8	6	75%
Tocantins	8	6	75%
Mato Grosso	10	7	70%
Piauí	11	7	64%
Amazonas	8	5	63%
Pernambuco	27	16	59%
Baiha	43	24	56%

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

¹ Jornal eletrônico que publica matérias sobre o Congresso Nacional com sede em Brasília. O intuito do jornal é manter o eleitor atualizado da atuação dos deputados e senadores eleitos. Ver <http://congressoemfoco.uol.com.br/>, disponível em 16 de agosto de 2011.

Minas Gerais	58	31	53%
Ceará	22	11	50%
Mato Grosso do Sul	8	4	50%
Rondônia	8	4	50%
Sergipe	8	4	50%
Goiás	21	10	48%
Maranhão	20	9	45%
São Paulo	77	33	43%
Paraná	32	13	41%
Santa Catarina	18	7	39%
Amapá	8	3	38%
Roraima	8	3	38%
Espirito Santo	11	4	36%
Rio de Janeiro	54	19	35%
Pará	20	6	30%
Rio Grande do Sul	35	10	29%
Distrito Federal	11	3	27%
TOTAL	564	271	48%

Fonte: Congresso em Foco, Brasília, 2011.

Como demonstra a Tabela I, o Estado da Paraíba lidera a concentração de poderes num mesmo seio familiar com 92% da bancada formada por parente. Este processo político desencadeia uma falta de alternância política e estagnação econômica e social. 48% dos representantes políticos do Congresso Nacional possuem elos com parentes, o que demonstra ser um número alarmante para consolidação da democracia no Brasil. Outro fato interessante que podemos observar na Tabela I é que entre os dez primeiros estados com a bancada formada por parentelas, seis são nordestinos, o que pode caracterizar a supremacia da base política de parentela na região. Este fato é consequência do endividamento dos estados que servem como desculpa da elite, para continuar no poder, pois eles colocam a culpa na “falta” de recursos enviados no Governo Federal e na oposição, ao mesmo tempo em que se colocam como heróis e defensores das regiões. Esta prática ocorre principalmente na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Alagoas².

² A Paraíba desde a década de 1990 aparece como palco da disputa política entre duas oligarquias familiares: Cunha Lima de Campina Grande e Targino Maranhão de Araruna. No Rio Grande do Norte, dos treze parlamentares eleitos em 2010, oito são das famílias Maia, Alves e Rosado, a família Rosado com reduto em Mossoró elegeu desde 2008 a prefeita da referida cidade, a governadora, dois deputados estaduais e dois deputados federais. Já em Alagoas, no ano de 2007, foram desviados da Assembleia Legislativa 300 milhões de reais pelos 14 dos 27 representantes. As principais famílias que representam Alagoas atualmente são os Collor e os Calheiros. (SARDINHA, CAMARGO:2011)

O poder familiar na Paraíba guarda resquícios da estrutura política de base familiar fruto do nosso processo de colonização. Um Estado onde a receita não supri as necessidades básicas da população, o empreguismo aparece como forma de dominação e sobrevivência, trazendo com si, práticas da velha República.

Para Linda Lewin, (1993:9) a República Velha na Paraíba teve como principal característica a organização política a partir do grupo de base familiar, ou seja, a política familiar identificou o nosso sistema “coronelistas”. Para a mesma, após o colapso do patriarcalismo, a parentela não se extinguiu, ela se modificou e predominou na política da Paraíba até a “Revolução” de 1930, com a queda da família Pessoa.

“1930” para uma determinada corrente historiográfica significou o fim do coronelismo e conseqüentemente o fim da política de parentela no Brasil. Mas quando observamos a Tabela I, percebemos que nem tudo foi ruptura. Nepotismo, clientelismo, empreguismo, curral eleitoral, “coronelismo” ou “neocoronelismos” são termos presentes no vocabulário político do Estado.

Inicialmente trata-se do campo da História das Famílias e conseqüentemente em tudo em que elas acarretam: construção de territórios, imaginário social, sistema político, economia política, cultura política e patrimonialismo. Em fim, um universo conceitual que coloca as Família do poder como objeto historiográfico.

Assim, perceberemos que a cultura política familiar, presente no Brasil e com maior representação na Paraíba, está vinculada a uma longa duração de nosso tempo histórico. As compreensões dos vícios e das virtudes desta política devem contribuir para uma maior consciência política da população. Faz-nos refletir sobre atuação de filhos, genros, irmãos e cunhados que fazem da família mecanismo para se obter uma fonte de renda, o que transforma a política num negócio lucrativo e familiar. A identidade política na Paraíba está ligada aos grupos de base familiar. Os municípios de São João do Cariri e Serra Branca são exemplos destas identidades. Praças, escolas, ruas, prefeituras, bustos e monumentos levam ao imaginário social a permanência da identidade com os vultos. Fator que prejudica a participação política da população e ajuda a perpetuar o poder das famílias.

Trabalhamos família como organização social fruto de uma historicidade que nos revelam tradições e contradições, mudanças e permanências. Assim, a família como sujeito histórico, enriquece o trabalho dos historiadores que se preocupam com estratégias políticas e

redes sociais (SCOTT, 2009:15). Trata-se no momento, de um estudo de famílias da elite que construíram relações sócias com a população em suas diversas camadas. O modelo familiar antigo colocava a família como primeira instituição social, pois esta precedia a cidade e conseqüentemente o Estado. Este modelo de longa duração chegou ao Brasil a partir da colonização portuguesa. Sua principal característica eram os elos de parentela.

Quando tratamos o conceito de parentela, estamos fugindo necessariamente de “clã” ou “família patriarcal”, que não excluem o parentesco em seu conceito, mas que não abrangem a totalidade das relações sociais. Temos o conceito de parentela como:

(...) grupo familiar que, no mínimo consiste de todos os parentes reconhecidos, incluindo os que forem herdados dos pais e os incorporados por meio de um cônjuge ou cônjuges. Além disso as parentelas podem incluir outras pessoas que, embora sem ligações do sangue ou casamento, vivem próximos a margem do círculo. (CHANDLER, 1980:14).

Estas “outras pessoas” que indicam Chandler são os empregados das famílias que vivem em seu território assim, como ajudantes em outras áreas administrativas (delegados, advogados, juízes). Os partidos políticos, por exemplo, na Paraíba, eram organizados por verdadeiras parentelas, sem ter necessariamente elos consangüíneos. Conforme a estrutura econômica que vivia determinada sociedades, se formavam as parentelas. Para Linda Lewin (1993:113), na Paraíba, “pertencer a uma parentela, uma família extensa, constituía a sua mais importante filiação organizacional”. Todos de uma maneira direta ou indireta estavam ligados a parentela, do pequeno agricultor residente numa casa de taipa a um exportador de algodão residente de uma nobre casa na capital.

É quase impossível desvincular a História da Família no Brasil da política de parentela, já que nossa formação social se formou na base da economia patriarcal. As maiorias dos estudos da história da família no Brasil remetem aos séculos XVIII e XIX, raros são os trabalhos que se concentram no século XX. Isto ocorre devido ao fato do objeto de estudo dos historiadores se concentrar no patriarcalismo, que teve seu alicerce teórico lançado por Gilberto Freyre (SCOTT, 2009:17).

No livro *Casa Grande e Senzala*, Freire (2004:81) coloca a família como fator predominante da colonização, pois este, como grupo social, fundamentou a nossa economia. Não foi o Estado e muito menos uma Companhia de Comércio que colonizou o Brasil como força produtiva, mas a família aristocrática fruto da miscibilidade e da aclimatabilidade do

aristocrata português. Da base agrícola econômica, as famílias monopolizaram o mando político:

A família colonial reuniu, sobre a mesma base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia. (FREYRE, 2004:85)

Este “mando político” dado as aristocracias os faziam tão poderosos que estes peitavam até o poder da Coroa. Eram os oligarcas senhores de terra que mandavam e desmandavam nas câmaras municipais que vez por outra entravam em atritos com os jesuítas: clérigos que buscavam formar uma “democracia cristã” no Brasil.

A família de caráter patriarcal destacada por Freyre (2004:435) não se resume a uma família nuclear – consolidação da Revolução Industrial – mas sim uma família extensa formada por:

(...) amas de criar, mucamas, irmãos de criação de meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos.

Eram famílias extensas que se espraiavam da senzala a casa-grande, a consangüinidade não delimitava o limite dos laços de parentesco. Cada indivíduo detinha um papel predominante na família, principalmente na consolidação da colonização, que para Freyre (2004:73), era fruto da miscigenação. A partir de uma citação destacada em sua obra temos esse caráter generalizante da família extensa em relação a mulher: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”, todas faziam parte da família extensa.

O conceito de família em Freyre nos remete necessariamente a família extensa e ao patriarcalismo. Em miúdos, este era o poder dado a um *pater familias*, o poder de controlar uma vasta população rural. Era ao mesmo tempo um grupo doméstico formado por uma rede de parentesco. Este modelo de sociedade, de acordo com nosso trabalho, sobreviveu em sua essência com mudanças apenas estruturais. Ocorre que a historiografia da família no Brasil prendeu-se ao conceito de patriarcalismo, como modelo limitado do nosso sistema familiar. Assim, com a crise do patriarcalismo no final do século XIX, a família deixou de ser tema

central no discurso historiográfico. Há pouquíssimos trabalhos sobre a história da família no século XX, alguns apenas com debates regionais.

Outra questão da história da família no Brasil relaciona-se ao papel privado da família. Aqui entra o debate sobre o que é o público e o que é privado na consolidação política do Brasil. A maior contribuição de relevo para este debate veio da obra de Sérgio Buarque de Holanda. Para ele, a empresa colonial formada pela família patriarcal, propiciou “a invasão do público pelo privado, do Estado pela família”. (HOLANDA, 1995:82.) A família como empreendedor foi, assim como em Freyre, a base da formação político-social do Brasil. A ideia de Estado era a mesma de uma grande união familiar que dirigiam uma grande empresa. Assim, a política e a economia determinaram o papel da família extensa:

O primeiro princípio da economia política é que o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e conseqüentemente amparar a todos que nela estão como seus filhos e cooperadores da geral felicidade (HOLANDA, 1995:85).

Este modelo coloca a família como o Estado, não é de se admirar que como demonstra a Tabela I, nosso Congresso possua tantas heranças familiares.

Vale salientar que para Holanda (1995:141), o Estado não era uma evolução da família como propunham os historiadores dos oitocentos³, mas sim uma “descontinuidade” e até mesmo “uma oposição”. Isto devido a constante inter-relação entre público e privado. É com a transgressão do público pelo privado que o “empregado”, ou o sujeito que é classificado pela “amizade desigual”, passa a ser cidadão. Esse modelo de mudança que transforma a família patriarcal em família nuclear e conseqüentemente o poder familiar em poder do Estado, é resultado da expansão da produção industrial. Assim, o poder patriarcal com base rural, perde poder com o crescimento das cidades, fruto das mudanças de trabalho. Temos assim, a família como “bárbara” em oposição ao Estado “civilizado”.

A história da família no Brasil, a partir dos clássicos, possui teor altamente político e discutido quase sempre, a partir da Teoria do Estado. Obra clássica de nossa historiografia sobre família foi o livro *Lutas de Famílias no Brasil* de Luís de Aguiar Costa Pinto (1980). Para ele, a fraqueza de nossa organização política permitiu uma hipertrofia do poder privado, este concentrado nas grandes famílias. Pinto (1980:XI), diferente de Freyre e Buarque

³ Como referência destaca-se o clássico do historiador francês Fustel de Coulanges (2004), escritor do livro *A Cidade Antiga*. Nesta obra o caráter evolucionista da família é predominante. Destacam-se conceitos como “pater famílias” e Cidade-Estado (*polis/urbs*).

generaliza a organização familiar de base rural. Toda a sociedade centrada na terra possui as mesmas características, tal como, monopólio da violência privada, estrutura patriarcal e culto aos antepassados. Apesar das coincidências entre a estrutura familiar dos greco-romanos e a nossa sociedade colonial, não podemos tomar uma pela outra. A família, principalmente no sertão do Brasil, construiu contornos particulares que chegou na República Velha com forte presença, como a política de parentela.

A ausência da organização política fez com que cada indivíduo se identificasse com determinada família. Cada família detinha suas normas centradas no direito consuetudinário. Na constante briga entre famílias, a vingança era a garantia da ordem. Como a moral familiar sentenciada por um *pater familias* era o fator determinante da identidade do grupo, tudo era resolvido a “ponta de faca” e bacamartes. Era a vingança privada que assegurava a paz social, sem ela, por mais contraditório que pareça, os grupos familiares pereceriam.

Não exercer a vingança – como, hoje, o Estado não impor obediência a lei – seria, além de expor-se a novos atentados, desrespeitar a norma, infringir a regra, ir de encontro ao costume, ameaçar a própria sobrevivência e o equilíbrio social. (PINTO, 1980:11)

Outra característica, do estudo da família no Brasil, em Pinto (1980:10) seria a solidariedade. O status do indivíduo dentro do grupo familiar era determinado pela grau de solidariedade que este detinha com seus parentes. Devido a ausência do poder do Estado, aquele que protegia a integridade da família, possuía elevada posição.

O declínio da violência privada e conseqüentemente da família patriarcal, em Pinto (1980:18), ocorreu com o fortalecimento do poder público. Foi a partir daí que as leis do Estado sublevaram o direito consuetudinário das famílias. Além do fator político, a mudança estrutural da política no Brasil⁴ no século XIX, fez com que as famílias em vez de resolverem suas divergências por armas, usassem tratados de paz. Ocorre que Pinto acreditava que o Estado era a evolução da família e todas as características das lutas de famílias passavam por esta evolução. Apesar de colocar exemplos de lutas⁵ entre famílias em sua obra, Pinto trabalhou a partir de leis generalizantes. Pois com o fortalecimento do Estado, essas lutas familiares não se extinguíram, mas se modificaram. A questão deixou de ser necessariamente a terra para ser política e partidária.

⁴ Isto ocorreu devido à centralização política no Império de Dom Pedro II.

⁵ Os Pires e Camargos da Capitania de São Vicente e os Montes e Feitosas do sertão cearense.

Uns dos aspectos interessantes trago por Pinto (1980:3) foi a família como formadora de territórios a partir de laços de sangue. Seria impossível descrever um determinado território sem antes descrever as relações sociais vividas pela comunidade, que, no caso do Brasil, começou com a rede de parentela⁶. A questão familiar precede a questão regional, pois eram as famílias que formavam territórios. Muitos sítios ainda hoje são ligados às famílias que às constituíram, e como a base da vida interiorana encontra-se na zona rural, logo, o território do poder familiar concentra-se no mando da terra, a família extensa que constitui o território a partir deste poder.

A história da família no Brasil necessita de trabalhos que demonstrem as mudanças e as continuidades da organização social familiar, assim como as diferenciações regionais. Pois como demonstra Samara (1991:15), as famílias do sul do Brasil se diversificam e se diferenciam em relação ao Norte e Nordeste. O “Nordeste”⁷ seria um destes famosos territórios formados pelas famílias patriarcais com base na cana-de-açúcar. Muitos historiadores da família no Brasil concentram-se seus estudos nesta região.

O tema mais trabalhado referente a formação política e social da família no Nordeste refere-se aos Feitosas, família que exerceu poder político no sertão dos Inhamuns, no Ceará, de 1700 até 1930⁸. A relevância do tema encontra-se na justiça exercida pelo grupo familiar que detinha o poder de mando. O poder dos Feitosa ultrapassavam os limites concedidos pela Coroa Portuguesa. Como coloca Chandler (1980:102):

Os Inhamuns, no começo de nossa vida, tinham a reputação de serem a terra mais desprovida de leis no Ceará. O Governador de Pernambuco foi informado em 1732 que parecia haver tantas legiões de demônios no Ceará quantas havia no inferno; isso em referencia a recentes rebeliões nas quais os habitantes dos Inhamuns tinham desempenhado papéis de destaque. Em grande parte, os Inhamuns ganhavam essa reputação em consequência das lutas entre os Feitosas e os Montes, cabendo, segundo os contemporâneos, maior porção de culpa aos primeiros.

O Inhamuns é um exemplo de poder local exercido por grupos familiares, típico da formação social do Nordeste. Lugar sem ordem e sem lei, onde ouvidores eram mortos e padres viviam a pena dos bacamartes. O grande grupo dos Feitosas, a partir de laços de parentela com outras

⁶ Assim, preferimos começar o primeiro tópico do capítulo descrevendo o conceito e a historiografia da família em vez da questão regional, do qual trabalharemos no segundo tópico.

⁷ Sobre a questão da “História Regional” e do conceito de “Nordeste” ver segundo tópico.

⁸ Sobre os Feitosas no Ceará destacam-se as obras *Lutas de famílias no Brasil* de Luiz de Aguiar Costa Pinto (1980), *O bacamarte dos Mourões* de Nertan Macêdo (1966) e *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns* de Billy Jaynes Chandler (1980).

famílias, geraram disputas que se expandiram tanto por Pernambuco quanto pela Paraíba. Era o exercício de um poder local que se espalhava por vários territórios. De certa forma, o charme da liberdade referente ao Estado em que vivia a região do Inhamuns chamou a atenção de vários historiadores, inclusive o brasileiro Billy Chandler. Muitos deles tomam os Inhamuns pelo “Nordeste”, como se na prática toda relação de poder entre a terra e a família gerasse um modelo único tal como foi o caso cearense. Mas uma vez destacam-se, nas obras referentes à História da Família no Nordeste, os séculos XVIII e XIX.

A Bahia é outro Estado nordestino com uma historiografia da família consolidada. Uma das obras de relevo é o trabalho de Kátia Queiroz Mattoso (1988:176-177), *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*. Nesta obra, Mattoso trabalha a família como organização social que possui como base, a multiplicação de solidariedade, o parente só possui valor de acordo com as funções exercidas no círculo familiar. Assim, os laços de parentela seriam a consolidação da Família como grupo social e não necessariamente a terra e a falta de leis, como demonstra o caso do Inhamuns. A família a partir de seus laços de solidariedade, fazia a manutenção da lei, assim como utilizavam de patentes públicas - Capitão-mor, Coronel da Guarda Nacional, Ouvidor – para continuar no poder, o que caracterizava uma troca de favores entre o poder público e privado, seria assim, uma verdadeira clientela (1988:176-177).

A família mais representativa do poder patriarcal no período colonial, no Brasil e, particularmente na Bahia, foram os Garcia d’Ávila que conquistaram um vasto território que ultrapassava em tamanho até mesmo o Reino de Portugal. (PESSOA, 2003:10). Ao mesmo tempo em que expandia a propriedade, os d’Ávila eram envolvidos com a administração colonial. Sua particularidade recaiu no bandeirantismo, ou seja, a ativa expansão territorial. Essa expansão entrou em choque com a disputa com Pernambuco referente aos domínios do Rio São Francisco. Assim, a família passou a representar o próprio Estado baiano e sua formação territorial. Como no caso do Ceará, a maioria dos trabalhos historiográficos sobre a família na Bahia refere-se ao Brasil Colonia-Império.

Sobre Pernambuco temos o trabalho de André Heráclio do Rêgo, *Família e Coronelismo no Brasil* (2009). Para Rêgo, a história da Família Rêgo, que teve ramificações tanto em Pernambuco quanto na Paraíba, demonstra que, o coronelismo é indissociável da estrutura familiar. São uns dos pouquíssimos trabalhos sobre a família no período republicano. Seu livro destaca a continuidade do poder familiar a partir da história de vida do “coronel” Chico Heráclio, verdadeiro chefe político de Limoeiro, cidade do brejo pernambucano. Para Rêgo (2009, p.18):

A acumulação de material simbólico obedeceu às estratégias familiares previamente definidas, mais que possuíam todas o mesmo objeto, o de preservar e o de aumentar o mais possível o prestígio econômico, social e político da família.

A família se constitui a partir da imagem que ela constrói em sociedade. Essa imagem não é necessariamente violenta, ostensiva do “voto de cabresto”. A imagem do coronel é formada a partir da propriedade rural (capital econômico) e do nome da família (capital simbólico). Assim, a partir destas formas de dominação - que surge na estrutura social que ao mesmo tempo é estruturalizante - ocorre a legitimidade do poder da família em determinada região. Ao contrario dos casos do Ceará e da Bahia, o poder da família não viria somente da terra e dos laços de parentela, ela viria na força invisível que faz com que a sociedade legitime esse poder.

No caso da Paraíba, Linda Lewin trabalhou a parentela como a principal característica da política oligárquica, sua obra *Política e Parentela na Paraíba* descreve as particularidades da história da família no Estado, além de demonstrar a continuação dos laços de parentela no começo da República. Mas antes de teorizarmos o conceito de “parentela” em Lewin será importante destacarmos algumas obras sobre a história da família na Paraíba⁹.

Marisa Tayra Teruya em sua dissertação de mestrado (1995) e tese de doutorado (2002) pesquisou a formação e o continuísmo político da família Maia de Catolé do Rocha. Sua pesquisa de doutorado abordou um século de história da família sertaneja, de 1870 a 1970. Assim, a referida historiadora abordou as estratégias apreendidas pelo grupo familiar dos Maia tal como: o casamento endogâmico, o engajamento dos membros da família no Ensino Superior, a distribuição de cargos públicos e a nomeação de seus descendentes como capital simbólico. A obra de Teruya confirma a cultura política paraibana, a partir de um estudo de caso, como predominantemente familiar e ao mesmo tempo, de longa duração.

Para Teruya (2010:55), as praticas interfamiliares como a solidariedade são fatores que justificam a permanência da família Maia no poder. A identidade da família fazia com que a política fosse marca registrada. Era necessário a família ter sempre um membro numa esfera de governo seja municipal, estadual ou federal. Logo, era o nome que enaltecia seus membros, como capital simbólico. Ser Maia era ter poder, era ser destinado para a vida pública. Em alguns momentos, o slogan da família estava acarretado à sua região de origem. Catolé do Rocha era sinônimo de Maia.

⁹ Vale salientar que na Paraíba muitas obras de genealogias são colocadas como historiografia da família. Aqui destacaremos apenas as obras referentes a famílias dos últimos anos.

Diferente dos outros estados do Nordeste aqui estudado, a produção historiográfica da Paraíba se destaca pela predominância dos trabalhos sobre o século XX, assim como pelo papel decisivo que o poder familiar exerceu/exerce sobre nossa política.

Mas é na obra de Linda Lewin que nossa história política se miscigena com o poder familiar. O conceito de parentela, em Lewin, é eficaz para se entender o coronelismo a partir das oligarquias de base familiar. A República Velha na Paraíba, como estudo de caso, é o suplemento ideal para se entender a política de parentela que outrora vingara no Brasil. Para Lewin (1993:9) “a influência dos vínculos de sangue e casamento sobreviveu com particular rigor na vida política deste estado” o que determinou a dependência dos laços de parentesco. A oligarquia estudada por esta resume-se aos Neiva-Pessoa.

A política de parentela não se restringe apenas ao grupo familiar. Não é apenas dentro da família que os laços de ajuda mútua ocorrem. A família é a base e não a própria parentela. Os vínculos associativos são baseados na família, não são necessariamente vínculos familiares. Isto nos ajuda a compreender o conceito de parentela em Lewin não como algo fechado na casa do próprio chefe político, mas como algo que extrapola esta casa, que vai de município a município, que cria rivalidades, assim como elos entre diversas classes sociais.

Assim, a política de parentela criava oligarquias, mas com vínculos plásticos. Pertencer a este vínculo familiar – seja a partir de casamentos ou de alianças regionais – era a garantia de sucesso para a vida política, pois esta era a “mais importante filiação organizacional”. (LEWIN, 1993:113) Na prática, os grupos de base familiar se distribuíam localmente e forneciam votos ao chefe da parentela. A sustentação do grupo era a força econômica que no caso da Paraíba era a terra. A produção algodoeira e seu escoamento era a garantia do poder de mando dos coronéis que a partir de redes de informações e de reuniões partidárias, conquistavam cargos chave na administração do Estado. Lewin denomina esta estrutura de “sistema político de base familiar da Paraíba”, onde prevalecia a lealdade ao grupo e o caráter “quase-corporativo da parentela”. Observa-se que todo este sistema inclui ramificações extra familiares¹⁰. O chefe partidário, como por exemplo, Epitácio Pessoa, acarinhava líderes políticos de outros municípios para serem seus representantes e para se obter votos. No caso de São João do Cariri, o apoio de Epitácio Pessoa desde 1915 foi dado para o chefe da família Gaudêncio (José Gaudêncio), quando a família rompeu com João Pessoa, passou a apoiar os Brito (Inácio Brito) que tinha parentesco com José Américo de

¹⁰ Observaremos como este sistema ocorre na prática no capítulo 2.

Almeida, braço forte de João Pessoa. Era um longo sistema de ajuda mútua que caracterizava a política paraibana¹¹. Mas vale salientar que para Lewin não era a política que formava as parentelas, mas o contrário, a política paraibana apenas pegou carona com estes vínculos de longa duração.

Os laços de consanguinidade não definiam o laço de parentela. A amizade e a fidelidade ao nome do chefe oligárquico eram as marcas decisivas para ter presença no sistema.

Consolidada a família a partir de um território definido¹², e ao mesmo que, o nome da família passava a fazer parte do imaginário social, o grupo familiar fixava seu poder, e partia para a disputa política.

Para não perder seu capital tanto simbólico quanto econômico, o casamento endogâmico passava a ser a única saída. Pois este tipo de casamento conservava o patrimônio no interior da família. O casamento entre primos, ou tios e sobrinhas originou a família como grupo quase corporativo (LEWIN, 1993:144).

O trabalho de Lewin justamente com seu modelo de grupo de base familiar, como formador dos laços de parentela, nos ajuda a refletir sobre as estratégias utilizadas pelas famílias do cariri paraibano. O conceito de parentela trabalhado por esta, nos remetem a um sistema de organização política onde os laços de família, assim como as relações extra familiares, compõem o cenário precário onde o Estado passa a ser objeto alienado por grupos oligárquicos. O conceito de cidadania pode ser substituído neste sistema pelo “fazer parte” de um grupo familiar. Para galgar qualquer benefício público, deve ter uma casa, um chefe e um nome; não necessariamente o sangue.

Percebemos que a família, a partir dos clássicos, atuou no Brasil, como instituição social do qual o poder público era usurpado pelo poder privado familiar. Nossa organização política-administrativa começou no seio familiar, daí o período de formação de nosso país – Colônia e Império – ser tema bastante trabalhado pela historiografia em relação a História da Família. Logo, destacam-se em outros Estados do Nordeste, o poder familiar ligados à política. No Ceará, o poder privado estava em constante choque com o poder da Coroa, o que transformou os Feitosas do Sertão dos Inhamuns em exemplos do poder exercidos por famílias no Brasil. Na Bahia, a conquista territorial se deu a partir da família Garcia D`Ávila,

¹¹ E que ainda caracteriza de acordo com a Tabela I.

¹² Este território que consolidava a família era a fazenda onde o chefe desta residia, e ao mesmo tempo, administrava outras terras com apoio dos parentes.

onde o próprio Estado era confundido com o poder familiar. Assim, neste Estado, a solidariedade interfamiliar passou a ser mais decisiva do que a propriedade da terra, esta solidariedade afirmava o sistema clientelista baiano. Já em Pernambuco, a conquista territorial e a expansão em diversas propriedades de uma mesma família, fez com que o poder destas tomassem larga escala temporal. Na Paraíba, o que prevalece referente a história da família são os grupos de base familiar, que a partir da política de parentela coordenaram o Estado. Logo, percebemos que, a partir da Tabela I, não é de se surpreender que neste Estado a representação política no Congresso Nacional tenha uma base tão familiar.

A partir da atuação destas duas famílias, no cenário estadual e nacional, pretendemos desbravar a consolidação da política de parentela em nosso estado, tal como a formação de identidades locais, que legitimaram este tipo de poder. Assim, contribuiremos especificamente para a historiografia, ao demonstrar as minúcias e as peripécias deste tipo de poder onde a Família sofre mutações.

No caso deste trabalho, a família aparece como instituição social que busca estratégias para fazer da representação política um meio de vida. Essa organização familiar criou estereótipos para trazer a população a vida política. Assim, nasceu uma cadeia de relações de poder onde identidades foram formadas. A família não cabe apenas nos laços de consangüinidade, ela, como cultura política, esta em todos os lugares: na casa do agricultor, na reunião dos vaqueiros num bar, na casa de farinha, na escola, na Casa-Grande, na prefeitura, na Assémblea Legislativa, no Cartório, no Palácio do Governo, na festa, nos tiroteios, nas rendeiras, na Igreja, nos cercados. Em fim, na liderança de um fazendeiro sentado em sua cadeira de balanço com seu ordenado chapéu na cabeça ao escutar de seus empregados, as tarefas diárias de sua propriedade.

A grande rede familiar traz os “de baixo” a conviverem com os “de cima” numa relação de amizade desigual, mas que, apesar de desigual, convivem e sobrevivem. Se no contexto histórico que trabalhamos, entre 1930 e 1960, o Estado tinha poder suficiente para suprir as necessidades da população, em contrariedade com o poder das famílias, não sabemos. Mas que as famílias do poder brigavam pela melhoria de suas cidades e por recursos, isto não deixa de ser verdade, já que o debate na Assembléia era de forte teor indentitário. Entre a população e o Estado, esta é a ideia de família que pretendemos estudar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns**; a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil – 1700-1930. Tradução de Alexsander F. Caskeye Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 49ª Ed. São Paulo: Global, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Família e Sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As Ruínas da Tradição**: A Casa da Torre de Gárcia D'Ávila – Família e Propriedade no Nordeste Colonial. 2003.308p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo.

PINTO, Luís Aguiar Costa. **Lutas de famílias no Brasil**: introdução ao seu estudo. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (Séculos XVI-XIX). **Revista Brasileira de História**, v.11, n.22, p. 7-33, mar/ago, 1991.

SARDINHA, Edson; CAMARGO. **A incrível bancada dos parentes na Paraíba**. Brasília: Congresso em Foco, 20011.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões e Debates**. Curitiba: Editora UFPR, n.51, p.13-29, jul/dez. 2009.

TERUYA, Marisa Tayra. **Família e poder na Paraíba**: os Maia de Catolé do Rocha/PB – Um Estudo de Caso Sobre Práticas Endogâmicas. 1995. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba.

_____. **Uma trajetória sertaneja**: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba. 1870-1970. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, 2002.

_____. Sobre Nomes e Sobrenomes. Família na Paraíba, séculos XIX e XX. In ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Mariana de Medeiros; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; BARBOSA, Vilma de Lourdes (orgs). **Historiografia e(m) diversidades**: artes e artimanhas do fazer histórico. João Pessoa, Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010.